

“América Latina na virada do século XX: notas sobre a construção da ideia de um continente enfermo”

REGIANE GOUVEIA*

Em fins do século XIX e início do XX as teorias racistas se intensificaram com o desenvolvimento científico. Essas teorias vinham envoltas em um novo discurso, com a autoridade que a ciência lhe conferia. A literatura médica ganhou espaço nesse período e sua linguagem foi amplamente empregada por intelectuais preocupados com o futuro da América Latina. A instabilidade política; a dependência do capital estrangeiro, em decorrência das novas relações econômicas; e os problemas sociais, comuns à maioria dos países latino-americanos na época, faziam com que proliferassem conjecturas acerca da incapacidade do continente de incorporar a modernização e alcançar o progresso.

Nesse contexto, surgiu uma ensaística que procurou analisar a realidade latino-americana. Para tanto, esta recorreu ao paradigma das ciências naturais tendo em vista que o seu desenvolvimento, desde meados do Oitocentos, permitiu que determinados critérios das ciências fossem empregados para explicar o homem e a sociedade. Surgiram proposições utilizando o vocabulário médico que comparavam a América a um corpo enfermo, com diagnósticos mórbidos e prognósticos condenatórios. Tal modo de interpretar a realidade latino-americana estava relacionado à autoridade que a ciência adquirira na época, passando a ser percebida como uma forma de conhecimento neutro, empírico e confiável (STEPAN, 2005:75).

Tendo isso em vista, é nosso objetivo fazer uma análise entre as proposições do venezuelano César Zumeta (1863-1955), do brasileiro Manoel Bomfim (1868-1932), do boliviano Alcides Arguedas (1879-1946) e do peruano Francisco García Calderón (1883-1953) a partir de algumas concepções presentes em determinadas obras. Estes autores influenciaram o pensamento político latino-americano no início do século XX, participaram ativamente da vida política de seus países e empregaram a retórica do diagnóstico para analisar a realidade latino-americana. Ao adotarem o paradigma científico das ciências naturais (a concepção racista-científica), fortaleceram a ideia de que a América Latina era um “continente enfermo”.

* Doutoranda do programa de Pós-graduação em História da Ciência e da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ/COC). Orientadora Dr^a. Maria Rachel de Gomensoro Fróes da Fonseca e Coorientador Dr. Marcos Cueto. Bolsista da Fundação Oswaldo Cruz.

Em meados do século XIX, o desenvolvimento das novas ciências – principalmente ligadas à biologia e à medicina – tornou-se sedutor para a *intelligentsia* latino-americana, em função de representarem oportunas formas racionais de tratar o mundo social e natural, sem os inconvenientes das considerações religiosas tradicionais (STEPAN, 2005:50).

Em 1883, a partir da publicação da obra *La Lucha de Razas*, do austríaco Ludwig Gumplowicz, a “raça” passou a ser tomada como categoria explicativa primordial de todos os processos humanos. Dessa forma, o destino da humanidade foi percebido como sendo conduzido por um constante combate entre as raças, e o seu resultado era sempre imutável: o elemento étnico mais poderoso preponderava e a partir disso impunha o seu domínio sobre as demais (GUMFLOWICZ, 1939:362).

Uma década depois, Gustave Le Bon publicou a obra *Leis psicológicas da evolução dos povos* (1894), que exerceu uma grande influência no pensamento europeu e latino-americano. Neste livro o escritor francês defendia que os caracteres psicológicos seriam determinantes nas raças e, portanto, a história de um povo e sua civilização derivaria desses critérios (LE BON, 1910:8).

Essas concepções acabaram contribuindo para que tanto a história da Europa como as suas tensões políticas fossem aos poucos sendo identificadas como decorrentes das lutas entre diferentes raças europeias (QUIJADA, 1997:597). Diversas obras publicadas nesse período, dialogando com essas ideias, procuraram assinalar a superioridade anglo-saxônica frente aos latinos. Em *À quoi tient la supériorité des Anglo-Saxons?* (1897), por exemplo, o francês Edmond Demolins afirmou a inferioridade e decadência da “raça latina” e mestiça, em contraposição ao desenvolvimento material dos anglo-saxões (BIAGINI, 2001:15).

Também na América foram recorrentes as análises que utilizaram categorias raciais para explicar os fracassos de seus países frente aos países europeus e aos Estados Unidos, e fazer previsões sobre o futuro. Compete lembrar que na época o cenário interno dos países latino-americanos não era muito animador. Disputas caudilhistas promoviam um estado de guerras civis em vários países da América do Sul, criando instabilidade política, além de problemas econômicos e sociais e dificultando a educação. Tal situação muitas vezes foi associada por uma parte da intelectualidade do continente à influência moral e cultural recebida durante séculos das nações ibéricas, vistas como atrasadas e decadentes.

Assim, a polaridade entre as raças permitiu acirrados debates no cenário político e intelectual, tanto na América quanto na Europa Ocidental. Em ambos os continentes, intelectuais influenciados por esses debates, defenderam ou rejeitaram ora a raça latina, ora a

anglo-saxônica, contribuindo para a criação e consolidação de estereótipos relativos aos povos originados de uma ou outra “raça”.

Na América Latina, esses debates inspiraram intelectuais que, fundamentados nas ideias raciais, procuraram diagnosticar a realidade latino-americana. Nota-se, contudo, entre esses intelectuais, uma apropriação, em grande parte, original das teses raciais, visando adequá-las ao contexto do Novo Mundo, uma vez que elas não poderiam ser aplicadas nos mesmos termos na América Latina. Isso significaria a exclusão da maior parte de sua população, tendo em vista que esta era biologicamente heterogênea.

Entre as principais estratégias traçadas na época com o intuito de promover uma “limpeza racial” no continente, a médio e longo prazo, estava a importação de imigrantes europeus e o retorno dos descendentes de africanos à África, também procurou-se impedir a vinda de imigrantes oriundos de lugares associados à barbárie e ao atraso, lista na qual os chineses ocuparam lugar destacado (SKIDMORE, 1976). Tais propostas guardavam relação com o fato de que o racismo, cada vez mais ratificado pela ciência, havia contaminado tão fortemente os discursos nacionalistas no início do século XX, que era difícil resistir à sua influência (GERSTLE, 2008:440).

Patricia Funes e Waldo Ansaldi nos lembram que o cerne das proposições racistas mais recorrentes foi organizado a partir do pensamento positivista do início do Novecentos (FUNES e ANSALDI, 1991). Com a definição do Estado em fins do século anterior, os intelectuais positivistas assumiram a função de determinar o “contingente” nacional, o que significava estabelecer os que estariam presentes e os que ficariam de fora do projeto político. Índios, negros e mestiços, estavam associados à ideia de crise e fracasso frente ao progresso. Diante disso, muitos intelectuais culpavam o povo pelo atraso do continente, acusando-os de serem incapazes de assimilar a ciência e a técnica.

A ensaística latino-americana surgiu assim com uma preocupação sociológica que procurou dar conta dessas “sociedades enfermas”. Vários trabalhos, nessa mesma linha, buscaram, através de uma análise histórica, política e sociológica do continente, explicar a situação em que se encontravam os países latino-americanos. Proliferaram obras neste viés, que partindo de matrizes de pensamento comum, sobretudo, ligadas às ideias racistas e à filosofia positivista, procuraram compreender a origem dos males do continente e as possibilidades de alcançar a civilização e o progresso.

O darwinismo social, a sócio-biologia e a literatura médica foram amplamente empregados para a definição de diagnósticos do continente. Isso seria utilizado para explicar que se a América Latina se encontrava alheia aos desenvolvimentos oriundos da

modernização, uma das razões era porque seu povo estava enfermo. Com efeito, a mestiçagem foi condenada em muitos trabalhos. Como no Novo Mundo, a colonização ibérica permitira a assimilação dos índios e negros, reunindo, segundo determinadas interpretações, os defeitos de cada raça, o resultado teria sido, portanto, um povo “degenerado”.

Apesar de essa ser uma das teses mais defendidas dentro da ensaística latino-americana, surgiram particularidades que encontravam outras razões, que não a mistura de raças, para a situação da América Latina. Nesse sentido, conforme defende Nancy Stepan, se por um lado as ideias que circulavam na Europa foram apropriadas para pensar a realidade latino-americana, por outro, houve vários “processos de seleção e remontagem de ideias e práticas de suas elaborações e alterações criativas por determinados grupos de pessoas em contextos institucionais, políticos e culturais específicos” (STEPAN, 2005:11).

É exatamente essa apropriação aliada às novas interpretações dessas ideias que procuramos analisar. Buscaremos compreender como as teorias racistas aliadas à filosofia positivista, influenciaram a produção intelectual latino-americana e estimularam estudos que na sua maioria atribuíram ao continente uma condição patológica. Assim, é nosso interesse investigar, a partir de Zumeta, Bomfim, Arguedas e García Calderón, como tais ideias contribuíram para o surgimento de obras que procuravam compreender a realidade latino-americana, numa perspectiva sócio-biológica. Vale ressaltar que, embora tivesse um ponto de partida comum e em diversos momentos as considerações dos autores se aproximem, ao final, eles indicaram caminhos distintos para a América Latina.

César Zumeta publicou em 1899, em Nova York, o folheto *El Continente Enfermo*,¹ no qual fazia uma breve análise do continente e propunha alternativas para o seu desenvolvimento. Embora atribuísse à América Latina uma condição patológica, diferente de seus contemporâneos, não conferia tal condição à conformação de seu povo. Reconhecia no passado de exploração colonial e na ingerência das potências externas (tanto a europeia quanto a estadunidense), as razões para a difícil situação das repúblicas hispano-americanas.

Em sua opinião, se aproximava o momento de um conflito geral “dos impérios contra a liberdade”. Tal declaração estava relacionada aos acontecimentos envolvendo a guerra hispano-americana, em 1898. O escritor venezuelano foi um entusiasta da independência cubana, inclusive mantivera estreita amizade com José Martí e outros revolucionários. Com o resultado da guerra de 1898, se tornaram evidentes os temores de Martí e foram, a partir disso, denunciados por Zumeta. Diante da ameaça que os Estados Unidos passaram a representar

¹ Este folheto foi reeditado posteriormente, em 1961, com compilações de vários artigos escritos por Zumeta ao longo do século XX, formando uma obra maior sob o mesmo título.

com sua política imperialista no continente, conforme sublinha Beltrán Guerrero, o escritor venezuelano defendeu que as repúblicas latino-americanas deveriam se armar para combater a “catástrofe” (ZUMETA, 1963:10).

Zumeta temia que a desorganização política e as disputas e hostilidades entre as repúblicas latino-americanas abrissem espaço para a intervenção (que já se fazia presente) das potências estrangeiras. Dessa forma, procurou meios para que essas nações se precavêssem de tais perigos e, estimulou, principalmente, o desenvolvimento de um exército forte e a unidade entre os países da América Latina. Para ele, era fundamental que se armassem, pois somente assim conseguiriam afastar as ameaças externas e garantir a soberania.

Manuel Bomfim escreveu e publicou em Paris a obra *América Latina: males de origem*, em 1903. Nessa ocasião, um jornal parisiense havia pedido ao escritor brasileiro um artigo sobre a América Latina e o Brasil. Com esse intuito o autor destacou as impressões que tivera durante a sua estadia na França, chamando a atenção para a imagem absolutamente negativa que os europeus tinham do outro lado do atlântico (BOMFIM, 1993:29), e os efeitos perniciosos que tal imagem poderia ocasionar.

Bomfim procurou fazer uma gênese da história da América Latina, desde a época das sucessivas invasões sofridas pela Península Ibérica, para explicar o caráter das metrópoles portuguesa e espanhola, e, ao mesmo tempo, explicar como isso teria influenciado na formação social, política e econômica dos latino-americanos. Ele buscou no passado colonial as respostas para o “atraso” em que as repúblicas latino-americanas se encontravam revelando uma postura muito crítica em relação à Espanha e Portugal, por considera-las nações que teriam vivido desde o primeiro momento de forma “parasitária”, da exploração das riquezas e do trabalho alheio.

E esse “parasitismo”, realizado por Portugal e Espanha, de acordo com Bomfim, teria trazido consequências desastrosas não só para os povos colonizados, mas também para as duas nações ibéricas (BOMFIM, 1993:113). Diferentemente dos seus contemporâneos, que viam na mistura de raças os principais responsáveis pela “barbárie” e o atraso da América Latina, Bomfim, percebia a difícil situação do continente como decorrente de um passado colonial, escravista e parasitário que teria deixado marcas profundas na cultura dos latino-americanos.

Alcides Arguedas publicou, em Barcelona, a obra *Pueblo Enfermo* (1909), que lhe deu notoriedade entre os intelectuais hispano-americanos e espanhóis. Após sua viagem à Europa, quando entrou em contato mais estreito com as teorias raciais, iniciou a sua reflexão a respeito

da Bolívia. E procurou, através de uma profunda análise sociológica, os elementos essenciais da identidade boliviana.

Dessa forma, Arguedas, segundo Soldán teria assumido a missão de identificar os males que “destruíam” o “organismo” de seu país, e que também não seriam exclusivos da Bolívia (SOLDÁN *apud* ARGUEDAS, 2006:14). Para ele, a geografia se constituía em um elemento importante para o desenvolvimento de um povo, pois uma nação desprovida do litoral, como o seu país, cercado pela Cordilheira dos Andes, impossibilitava o contato com outras “raças” (europeias), e impedia que o “elemento étnico se renovasse”. O autor citava como exemplo o Chile, a Argentina e o Uruguai que, na sua concepção, já demonstravam no tocante à sua população, uma “homogeneidad envidiable” (ARGUEDAS, 1937:62).

O escritor boliviano considerava que os mestiços – indígenas e negros – trariam os defeitos das raças que os compunham. Ele percebia o fracasso da sociedade americana para alcançar o progresso, como consequência do “flagelo” que a raça hispânica teria encontrado no Novo Mundo. Tal flagelo – indígenas – seria o responsável pelo atraso do continente. O autor destacou ainda que não haveria nada a fazer de imediato para resolver a situação de seu país e defendia que somente a regeneração da Bolívia, a partir de uma revolução moral em sua população, permitiria o seu desenvolvimento (ARGUEDAS, 1937:220). Para ele, sem uma mudança nos costumes o país jamais experimentaria a modernização.

Na obra *Las Democracias Latinas de América* (1912) Francisco Garcia Calderón fez uma análise sociológica da América Latina, preocupando-se em estudar a formação das sociedades americanas. De modo similar à Zumeta, considerava que a unidade latino-americana seria fundamental para a preservação de sua soberania e chegou a determinar as regiões que em sua opinião deveriam se unir. Para García Calderón foi através da união entre as regiões norte-americanas que os Estados Unidos alcançaram o poder e o progresso em que se encontravam, e somente a união entre as repúblicas latino-americanas permitiria que estas se desenvolvessem e resistissem à intervenção do “colosso do norte”.

O autor afirmava que o “problema da raça” no continente explicaria “el progreso de algunos pueblos y la decadencia de otros” (CALDERÓN, 1979:193) e atribuía às dificuldades que cercavam a América Latina à complexidade das raças e a mestiçagem entre vários sangues. Para Calderon haveria uma relação entre o crescimento da riqueza e a consolidação da ordem interna em países como Argentina, Chile e Uruguai, onde o número de negros era menor e em função do intenso fluxo migratório europeu. Já em Cuba, Santo Domingo, e alguns lugares do Brasil, em que os descendentes de africanos eram os grupos numericamente mais expressivos, as desordens prevaleceriam. O escritor peruano condenava à mestiçagem

com os negros, responsabilizando-a pela “degeneração” de determinados lugares da América Latina. No entanto, valorizava a mestiçagem entre branco e índio, que concebia como sendo o verdadeiro americano “el mestizo, descendiente de español y de índio” (CALDERÓN, 1979:196).

García Calderón, partindo das considerações racistas europeias sobre o Novo Mundo, principalmente as concepções de Le Bon, traçava um difícil diagnóstico das possibilidades de desenvolvimento da América Latina. Ele apresentava como solução para “o problema das raças” a intensa imigração europeia, pois sem a contribuição de uma população “nova” (branca) a América cairia em um irreversível e lamentável estado de barbárie. Dessa forma, o autor defendia a vinda de europeus, que trariam suas tradições e costumes civilizados, permitindo assim que, em algumas gerações, as novas populações estivessem aptas para alcançar o progresso e a modernização.

César Zumeta escrevera *El continente Enfermo* no período imediato ao desfecho da guerra de independência cubana e no momento em que a política imperialista estadunidense se tornava mais evidente. Com efeito, o autor ressaltou a necessidade dos povos hispano-americanos armarem-se frente às potências. Já Arguedas, escrevia no momento em que as consecutivas derrotas bolivianas nos conflitos sul-americanos, desde o século anterior, faziam com que o sentimento nacional se encontrasse abalado.² Daí identificar na história, sociedade, política e psicologia da Bolívia os perigos que a cercavam.

Naquela época, tornara-se comum a ideia de que os conceitos e os termos das ciências naturais poderiam ser aplicados para a análise social. Isso guarda relação com o fato de que a sociedade era percebida como um organismo vivo, portanto, propenso à enfermidade. Logo, os problemas sócio-políticos foram associados às enfermidades. Nesse sentido, identificar as causas e sintomas destas permitiria curar o “organismo” doente e, conseqüentemente, tirar a sociedade desse estado operante de enfermidade.

Assim sendo, os intelectuais latino-americanos preocupados “em sanar” as enfermidades que padecia o continente, se empenharam em buscar na história política, social, psicológica e moral a raiz dos males e, a partir disso, propor soluções para a transformação. Embora haja aspectos comuns entre as análises dos autores, dado compartilharem matrizes de pensamentos comuns, há particularidades entre eles que não podem ser ignoradas. Se para Arguedas e Calderón a conformação social era o grande empecilho para o desenvolvimento

² Não obstante a Guerra do Pacífico tenha ocorrido entre 1879-1883, foi em 1904 que o tratado que oficializava a perda da saída do mar da Bolívia, em benefício do Chile foi assinado. Também foi no início do século XX, que a questão do Acre foi definida, o que levou novamente a mais uma “amputação” de seu território.

do continente, para Zumeta a desorganização política era o que colocava em perigo a soberania das nações e para Bomfim o parasitismo exercido pelas metrópoles ibéricas teria sido o responsável pela difícil situação da América Latina.

Bibliografia

ARGUEDAS, Alcides. *Pueblo Enfermo*. Chile: Ediciones Ercilla, 1937.

BIAGINI, Hugo. “Finales de siglo: contexto ideológico”. In: ZEA, Leopoldo e SANTANA, Adalberto (compiladores). *El 98 y su impacto en Latinoamérica*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: Males de Origem*. 4ª. ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

FUNES, Patricia. ANSALDI, Waldo. “Patologías y rechazos. El racismo como factor constitutivo de la legitimidad política del orden oligárquico y la cultura política latinoamericana”. Publicação eletrônica disponível em: www.catedras.fsoc.uba.ar/udishal, 1991.

GARCÍA CALDERÓN, Francisco. *Las Democracias Latinas de América. La creación de un continente*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho, 1979.

GERSTLE, Gary. “Raça e Nação Nos Estados Unidos, México e Cuba, 1880-1940”. In: PAMPLONA, Marco Antonio e DOYLE, D. H. (org.). *Nacionalismo no Novo Mundo: a formação de Estados-Nação no século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.

GUMPLOWICZ, Ludwig. *La Lucha de las Razas*. Madrid: La España Moderna, 1939.

LE BON, Gustave. *Leis psicologicas da evolução dos povos*. Lisboa: Edição da Typografia de Francisco Luiz Gonçalves, 1910.

QUIJADA, Mónica. “Latinos y anglosajones. El 98 en el fin de siglo sudamericano”. In: *Hispania*, 1997, vol. LVII/2, nº196, 1997, pp. 589-609.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

STEPAN, Nancy. “A hora da eugenia” *raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

ZUMETA, César. *El Continente Enfermo*. Caracas: Colección “Rescate”, 1961.